



## **MULHERES MARISQUEIRAS E O USO DE “NOVAS” TECNOLOGIAS NO RECÔNCAVO BAIANO – UMA REFLEXÃO CRÍTICA FEMINISTA SOBRE AS INTERVENÇÕES DO ESTADO EM COMUNIDADES TRADICIONAIS**

Luciene Assunção da Silva\*

### *Introdução*

A Baía de Todos os Santos é a maior do Brasil, com uma área de 1.100 km<sup>2</sup> de extensão, abarcando em seu interior duas micro-baías, a do Iguape e de Aratu, e exuberantes manguezais situados nos diversos rios que para ela convergem, como o Paraguaçu, o Subaé e o Jaguaripe. Essa baía apresenta ainda uma diversidade cultural e um passado colonial que até hoje serve de fonte para estudos acadêmicos e produções literárias. Situada no Estado da Bahia, tem em seu entorno o Recôncavo Baiano, que abrange 31 municípios, entre eles Salvador, São Francisco do Conde, Madre de Deus, Candeias, Santo Amaro da Purificação e Saubara.

O Recôncavo é uma extensa área marítima correspondente a cerca de 300 km, tendo como afluentes rios e canais que favoreceram as navegações no período colonial, permitindo o escoamento da produção agrícola da região, especialmente açúcar, fumo, mandioca e algodão. Atualmente seus cursos d'águas são utilizados para o transporte de petróleo e seus derivados, além da produção primária, embora em volume bem inferior ao do período colonial.

Situada na Baía de Todos os Santos, a diversidade de solo, clima, relevo, manifestações culturais inferem ao Recôncavo a singularidade (OLIVEIRA, 1993) Singularidade essa fruto dos grupos étnicos que ocuparam as terras no período colonial, que como todos sabemos já habitadas por índios como - tupinambais, kiriris, tupis, Jês, em seguida por europeus, de início os portugueses e vários grupos étnicos de nações africanas (TAVARES, 2001)<sup>1</sup>. A presença da população afro brasileira no Recôncavo é marcante ao observamos atualmente os cultos de religiões de matrizes africanas como o candomblé e a existência de diversos quilombos, possuindo, portanto, um contingente populacional de pardos e pretos expressivo.

---

\*Bacharel em Antropologia pela Universidade Federal da Bahia e Mestranda do PPG NEIM – Programa de Pós Graduação em Estudos Interdisciplinres sobre MULHERES, GÊNERO e FEMINISMO da Universidade Federal da Bahia/UFBa.

<sup>1</sup>TAVARES, Luis Henrique Dias, aponta que desde a colonização, os povos africanos que vieram para Brasil ,“foram os da Costa Ocidental (do atual Senegal até a atual Angola), do interior, vales e terras das bacias dos rios Congo, Níger e Benin, e da costa oriental (do atual Moçambique até a atual Etiópia). Na Bahia inicio da colonização o ciclo de escravos foi classificado por Luís Viana Filho de ciclo da Guiné. (TAVARES, 2001, p. 55).



No Recôncavo, a atividade pesqueira também sempre foi e ainda é muito presente. De forma predominantemente artesanal, essa atividade é desenvolvida com proximidade à natureza, ou seja, a meteorologia e a estação do ano determinam o tipo de pesca e as condições de exercê-las ou não. O mesmo ocorrendo com a mariscagem. Na maré cheia, por exemplo, não se vai para os mangues, uma das características estruturais da pesca artesanal (SILVA, 1996).

Às margens dos rios e do mar existe uma vasta área de floresta de manguezal, correspondendo, segundo dados do IBAMA de 1999 a 21.230 hectares. Ali se encontra uma variada espécie de crustáceos, moluscos e bivalves, que possibilitam o desenvolvimento da culinária típica da região (OLIVEIRA, 1993).

É nesse manguezal que a população, carente e na maioria negra, retira o seu sustento para o consumo doméstico e/ou comercialização em locais próximos, como a cidade de Salvador. A pesca artesanal no Recôncavo desenvolvida na área do manguezal “junto com a exercida em recifes de coral e estuários, é responsável por 70% das capturas desembarcadas” (BRUNETT, 2006, p. 28 *apud* CORDELL, 2001). Sendo as atividades humanas caracterizadas pelo extrativismo das espécies animais.

Na atividade pesqueira se cristaliza a divisão sexual do trabalho. No *mar de fora*, os homens são os principais responsáveis, já o *mar de dentro*, fica reservado ao masculino e feminino, enquanto que a *praia*, onde se encontra os mangues e manguezais é reservado às mulheres e as crianças (WOORTMANN, 1992). Nesta demarcando de relações de gênero, as mulheres se ocupam de atividades que requerem menor planejamento, ao mesmo tempo em que não as afastam dos domicílios e cuidados com os filhos (CHODOROW, 1979 e ORTNER, 1979).

Os mangues são áreas de significados diferentes para o senso comum e para a ciência. Para essa é um ecossistema, com suas leis biológicas e processos reprodutivos independentes; ao mesmo tempo, é objeto de trabalho, “força produtiva da natureza” mediatizada ou não pela atividade humana (OLIVEIRA, 1993 e SANTOS, 2008). Porém atualmente, na academia existe diferença de significado entre o mangue e manguezal. O mangue “se refere as diferentes espécies de árvores existentes, já a palavra manguezal se refere ao ecossistema do mangue” (SANTOS, 2008, p. 3, *apud*, VANNUCCI, 2003).

Já para o senso comum, o mangue e seu ecossistema se referem a local desordenado, “cuja dinâmica caracteriza-se pela irracionalidade das interações entre seus recursos e pela reprodução descontrolada. É concebido como um local feio, malcheiroso, insalubre, onde proliferam vermes, insetos e doenças. (OLIVEIRA, 1993, p. 73), além de não ser considerado pela economia um local



cuja atividade produtiva seja possível. Ainda, segundo Oliveira, “no Brasil, visão semelhante é reservada às zonas de prostituição feminina, coincidentemente denominadas de mangue, habitat de mulher que 'peca'”. (OLIVEIRA, 1993, p. 73). Como são as mulheres que principalmente desenvolvem atividades na área do mangue, estas são menos valorizadas tanto nas comunidades quanto no mercado.

Porém em outra área da pesca, no *mar de fora*, o feminino tem valor simbólico que destoa do supra citado. Apesar de não pescarem nessa área do Recôncavo, o feminino marca com grandeza o espaço mítico relacionado com a ideia da “origem”. Ele é representado por divindades, na maioria africanas, como Nanã, Oxum, Janaina, Iemanjá ou deusa Mãe-d’água, rainha das águas doce ou salgada, “a dona dos desígnios e destino das águas brasileiras” (OLIVEIRA, 1993, p. 79). São elas as guardiãs dos pescadores quando estão em alto mar, a quem dedicam oferendas “pedindo permissão para explorar os recursos das águas marinhas e obter boa pescaria” (OLIVEIRA, 1993, p. 92).

Segundo Oliveira, essas figuras míticas são

donas das águas doces e do mar, são representadas por mulheres belas, vaidosas, que protegem os pescadores e mantêm com estes uma relação amorosa simbólica. De tempos em tempos, transformam-se inteiramente em mulheres e cantam à beira da praia para atrair o pescador escolhido. O ciúme destas ‘donas’, que não suportam outra presença feminina nas suas águas, seria, pois, a causa simbólica do impedimento da mulher ir ao mar e pescar em águas distantes (OLIVEIRA, 1993, p. 78).

Embora no plano sagrado a representação do feminino sobressaia, o mesmo não se reflete nos produtos resultados da mariscagem, pois esses são menos valorizados no mercado e na própria comunidade (ROSALDO, 1995).

Outro aspecto importante a se frisar, é que o mangue, pela magnitude simbólica e científica, foi considerado como área de preservação permanente, pela Constituição de 1988, na Resolução nº 04 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAM).

Apesar da resolução, o mangue no Recôncavo Baiano vem sofrendo ao longo de décadas diversas formas de agressão. Uma delas é a presença de petróleo e óleo cru derramados pela Petrobrás e outras indústrias petrolíferas, esses acidentes impregnam os manguesais e o mar<sup>2</sup>, prejudicando além da fauna e a flora os recursos pesqueiros artesanais, como redes e canoas.

O petróleo pode atingir diretamente estoques de peixes e moluscos por aderência ao corpo ou acumulação nos organismos, tornando-os impróprios para o consumo e comercialização. Em

---

<sup>2</sup> Em 16 de abril de 1992, no município de Madre de Deus/BA, ocorreu o vazamento de 48 mil litros de petróleo (óleo cru (óleo venezuelano), que atingiu uma área de 10 km<sup>2</sup> do mar (OLIVEIRA, 1993 e SILVA, 1996).



algumas áreas do Recôncavo, como Santo Amaro, Saubara, existe a concentração de chumbo, cádmio<sup>3</sup>, afluentes petroquímicos e mercúrio (OLIVEIRA, 1993 e SILVA, 1996).

Existe ainda outro aspecto prejudicial ao trabalho das mulheres marisqueiras. Quando ocorre o derrame de óleo ou outros produtos químicos no mar, os homens, por sua maior mobilidade no trabalho da pesca, se deslocam para outras áreas limpas. O mesmo não ocorre com a mariscagem, que está associada a um único espaço físico, o mangue. Nesses momentos, as mulheres ficam com as suas atividades paralisadas até que o óleo seja removido e que os mariscos comecem a voltar. Segundo biólogos do Instituto de Biologia da Ufba, essa paralisação pode durar cerca de dois anos, tempo necessário para aparecer o primeiro sinal de renovação dos moluscos.

A partir desses pontos podemos afirmar que o trabalho das marisqueiras agrega vários aspectos que amplia mais ainda a sua desvalorização, conforme apresentados abaixo:

- No Recôncavo Baiano, apesar das divindades que tem como função proteger os pescadores em alto mar estarem relacionadas ao feminino, as mulheres não podem participar desse tipo de atividade porque prejudicam o desenvolvimento da pesca. Trazem “azar”;
- Para o senso comum, os mangues são apreendidos como locais desordenados, sujos e relacionados à local de prostituição;
- Com a presença de produtos químicos na costa, os produtos mariscados ficam por mais tempo comprometidos impedindo as mulheres de trabalharem;
- Por fim, há a reprodução de uma perspectiva, de certo ponto universalista, de que o trabalho feminino é mais desvalorizado na divisão sexual do trabalho, posto não “precisar” de planejamento (ORTNER, 1979 e CHODOROW, 1979)

Esse conjunto de variáveis, aliado ao fato de estarmos tratando de mulheres de camada popular e negra, logo mais vulnerável na sociedade, incorre em tomada de ações, principalmente dos órgãos governamentais, que não atenuam a assimetria de gênero e subordinação das mulheres. Lembremos que os governos, sociedade civil, entidades não governamentais e agências financiadoras que buscam fortalecer a cidadania nos seus projetos sociais, foram conclamados a partir da IV Conferência Mundial de Mulheres (Pequim, 1995), intitulada “Ação para a Igualdade, o Desenvolvimento e a Paz”, a trabalhar as relações de gênero como tema transversal, com o objetivo

---

<sup>3</sup> O caso mais grave de contaminação por chumbo (Pb), além do cádmio (Cd) no Brasil ocorreu na cidade de Santo Amaro (BA), distante 100 quilômetros de Salvador. A população vem sofrendo há 32 anos com as consequências da poluição e a contaminação pelo chumbo e, ainda, pelo cádmio, outro metal pesado. Disponível em: <http://www.direito2.com.br/asen/2008/mar/4/contaminacao-por-chumbo-pode-causar-doencas-severas-e-levar-a-morte>. Acesso em 02 jun 2010.



de promover o empoderamento e a promoção da igualdade de gênero. “As relações de gênero, com seu substrato de poder, passam a constituir o centro das preocupações e a chave para a superação dos padrões de desigualdade” (Relatório de Pequim, 1995, p. 149).

No âmbito dos governos nacionais, foi chamada a atenção para que passassem a “integrar perspectivas de gênero na legislação, nas políticas públicas, nos programas e projetos” (BANDEIRAS, 2005, p. 11)

Mas como as ações públicas vêm contribuindo nesse sentido? Para responder a essa questão vamos analisar um projeto desenvolvido pelo governo do Estado da Bahia na Baía de Todos os Santos, entre os anos de 2007 e 2008, voltado para as mulheres marisqueiras, cuja atividade naquele momento sofria pelo impacto do fenômeno da “Maré Vermelha”.

#### *A Maré Vermelha e O Plano de Fortalecimento da Pesca Artesanal*

Segundo dados da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca – SEAP, a Baía de Todos os Santos apresenta um total de 10.015 pescadores e marisqueiras artesanais, logo um contingente significativo que sobrevive da pesca, mas que ao mesmo tempo sempre foi esquecido pelos poderes públicos.

No final do mês de março de 2007, próximo à Semana Santa, período de grande comercialização dos produtos pesqueiros, a Baía de Todos os Santos foi atingida pela “Maré Vermelha<sup>4</sup>”, impossibilitando milhares de pescadores e marisqueiras exercerem a pesca artesanal e, conseqüentemente, a comercialização, incorrendo em grande perda monetária e na impossibilidade de conseguir o mínimo necessário para a subsistência das famílias atingidas pelo fenômeno. Esse desastre ecológico levou à intervenção imediata do Estado com distribuição de cestas básicas e compra dos produtos coletados com vista a impedir sua comercialização.

Em decorrência desse fenômeno, o Governo do Estado da Bahia iniciou o processo de implantação do “Plano de Fortalecimento da Pesca Artesanal na Baía de Todos Santos” nas cidades mais atingidas: Salvador, Simões Filhos, Candeias, Madre de Deus, Ilha dos Frades, Bom Jesus dos Passos, São Francisco do Conde, Saubara (Bom Jesus dos Pobres), Santo Amaro da Purificação,

---

<sup>4</sup> O fenômeno Maré Vermelha em consequência da proliferação de algas em decorrência da poluição na baía, o aquecimento das águas entre os meses de dezembro/2006 a abril de 2007. Fenômenos como aquecimento global e o El Niño também podem ter ajudado na proliferação das algas que desencadeia a maré vermelha. A maré vermelha, segundo laudo do CRA, é gerado pelas condições climáticas estáveis e pelo aumento de nutrientes na água. Ocorreu no início do mês de abril de 2007, causando a morte de mais de 50 toneladas de peixes. Fonte <http://www.seagri.ba.gov.br/noticias.asp?qact=view&notid=10042>, acesso em jun/2010.



Cachoeira (Santiago de Iguape), Maragojipe, Salinas da Margarida, Ilha de Itaparica (Vera Cruz e Itaparica) e Jaguaripe.

A espinha dorsal do plano buscou fortalecer a pesca artesanal no sentido de ampliar a produção em termos quantitativos e qualitativos, possibilitando maior competitividade. Isto é, valorizar e aumentar a auto-estima de um grupo que historicamente foi visto como símbolo de atraso.

Através da Bahia Pesca S.A., empresa vinculada ao Governo do Estado da Bahia, com recursos do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, disponibilizou para a realização do Plano uma quantia de R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais), para desenvolver as seguintes ações: mobilização das comunidades pesqueiras para realização de Diagnósticos Participativos; distribuição de benefícios; realização de oficinas de capacitação em economia solidárias para formação de associações e/ou cooperativas.

No que se refere ao Diagnóstico Participativo, de forma resumida, 10 (dez) encontros foram realizados entre os meses de novembro e dezembro de 2007, buscando ouvir os pescadores e marisqueiras dos municípios atingindo pelo desastre ambiental. Ao todo foram reunidas 1.382 pessoas para “falar” das suas principais demandas. Entre os gêneros masculino e feminino, a maioria dos presentes foi de marisqueiras, no total de 828 (60%), além de muitas crianças. Em alguns encontros o número de mulheres foi ainda mais expressivo, como ocorreu em Salinas da Margarida que de 295 participantes, 233 eram mulheres, ou seja, 79%; ou em Madre de Deus, onde dos 321 participantes, 221 correspondiam a mulheres, na ordem de 68%. Observa-se, portanto, bem demarcado as relações de gênero, posto que nas atividades que ocorrem próximo das residências, as mulheres correspondem ao maior quantitativo (ROSALDO, 1995). Em consequência dessa maior participação, as demandas relacionadas ao cotidiano feminino foram bem enfocadas, como creches, escolas, postos de saúde, saneamento básico, o “kit” marisqueiras etc.

O kit marisqueira, foco de análise desse trabalho, é um conjunto de equipamentos formados por um “ecofogão”, uma mesa retangular para catar, uma pia para lavar os mariscos, uma panela para cozimento, um coador, tocas e aventais descartáveis e um balde grande.

Sua distribuição teve como principais objetivos: a) elevar a auto-estima da população feminina, fazendo com que se sintam parte integrante da sociedade, gerando uma valorização familiar e cultural; b) possibilitar à marisqueira acesso a um conjunto de equipamentos necessário para o processamento de mariscos nas residências, c) melhorar a postura e as condições de higiene no processamento dos mariscos, e, por fim, d) ser um projeto de sustentabilidade devido ao uso do



“ecofogão”, que fora projetado para utilizar como combustível o coco seco e não gravetos dos mangues, reduzindo a agressão ao meio ambiente.

Além desses objetivos, o Plano buscou possibilitar o início do processo de empoderamento das mulheres cuja autonomia poderia ser alcançada com a criação de associações ou cooperativas. Para isso as contempladas foram capacitadas em oficinas de associativismo, cooperativismo e economia solidária e o estado contribuiria para a efetivação das entidades.

O perfil para obtenção do equipamento foi: ser marisqueira como principal atividade, possuir casa com abastecimento de água tratada, ter renda de meio salário mínimo, ser a mantenedora da família e o recorte de raça/etnia. Portanto estamos falando de mulheres, pobres e negras.

Foram adquiridos 85 “kits” no valor total de R\$ 379.525,00 (trezentos e setenta e nove mil quinhentos e vinte e cinco reais). Desse total, foram distribuídos 82, sendo 20 para Acupe, 20 para Candeias e 42 em Saubara. Todas as marisqueiras contempladas com os “kits” passaram por uma capacitação quanto ao uso do equipamento, além das oficinas anteriormente citadas.

Mas o projeto não terminou com as oficinas e capacitações, ele implicava também acompanhamentos sistemáticos da equipe da Bahia Pesca, para verificar a utilização do equipamento, além de reuniões com as marisqueiras para troca de experiências e outras formas de utilização do kit. Assim se fortaleceria a concepção de conjunto para a formação da associação ou cooperativa.

Toda via a equipe técnica só realizou três visitas de observações em campo, não sistemáticas, constando que o uso do equipamento não estava dando os resultados esperados. Apenas o ecofogão foi cotidianamente utilizado por todas as mulheres, embora como substituto do fogão convencional. Observou-se ainda que o graveto dos mangues continuou a ser o principal combustível e poucas utilizavam a mesa para catar os mariscos, consequentemente dificultando a mudança de hábitos higiênicos.

### *Considerações finais*

A subordinação das mulheres e a assimetria sexual são resultados das relações de gênero, que em nossa sociedade são relações de poder que hierarquizam e estruturam todas as esferas das relações sociais, seja no campo micro quanto no macro (SCOTT, 1990, p. 14). À medida que as teorias feministas passam a problematizar gênero e relações de gênero, apontaram que a opressão da mulher e dominação masculina nas sociedades são resultados das relações sexistas que impõem aos



corpos sexuados feminino e masculino significados sociais, culturais e simbólicos de diferenciações (FLAX, 1992). Portanto, passíveis de transformação.

Falar em igualdade de gênero e redução da assimetria sexual em políticas públicas implica em entendimento pelos órgãos governamentais da transversalidade de gênero nas ações, planos e projetos políticos. Por transversalidade de gênero, segundo Bandeira (2005),

entende-se a idéia de elaborar uma matriz que permita orientar uma nova visão de competências (políticas, institucionais e administrativas) e uma responsabilização dos agentes públicos em relação à superação das assimetrias de gênero, nas e entre as distintas esferas do governo. Esta transversalidade garantiria uma ação integrada e sustentável entre as diversas instâncias governamentais e, conseqüentemente, o aumento da eficácia das políticas públicas, assegurando uma governabilidade mais democrática e inclusiva em relação às mulheres.” (BANDEIRA, 2005, p.06).

Para atingir a governabilidade, ainda segundo a autora em pauta, é necessário que se entenda a importância e o significado de gênero por todas as instâncias do governo, desdobrando em ações na esfera do Estado e nas instituições de planejamento, incorporando-as nas práticas “dos gestores, que executam, monitoram e avaliam a políticas públicas, em todos os níveis: federal, estadual e municipal” (BANDEIRA, 2005, p. 06), incorrendo em “disseminação de novos valores culturais e políticos junto à população, com vistas a que esta sensibilização torne a população participante e co-responsável na construção de uma cidadania inclusiva.” (BANDEIRA, 2005, p. 06).

O governo brasileiro, a partir da elaboração do PPA<sup>5</sup> - Plano Plurianual de 2004/2007 e 2008/2011, se comprometeu em realizar ações, planos e projetos para inclusão social com o “recorte transversal de gênero, raça, etnia, orientação sexual e pessoas portadoras de necessidades especiais na formulação e implementação de políticas públicas” (BANDEIRA, 2005, p.21).

Todavia, na questão relacionada a gênero, percebe-se que os governos ainda não estão suficientemente sensibilizados.

O Plano de Fortalecimento da Pesca Artesanal da Baía de Todos os Santos, por exemplo, na ação específica das marisqueiras, se configura em um programa para as mulheres, isso porque não priorizou “a importância e o significado que se estabelece no relacionamento entre os sexos” (BANDEIRAS, 2005, p. 08) e sim nas mulheres no sentido de essencializar a concepção de que a reprodução e a sexualidade são os elementos causadores das diferenças de gênero. Reforça, desta forma, a responsabilidade feminina pela reprodução social, pela educação dos filhos, pela demanda

---

<sup>5</sup> O Plano Plurianual - PPA é um instrumento do governo federal para planejar um novo Brasil. O PPA estabelece diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal por um prazo de pelo menos quatro anos, podendo definir o destino de toda uma geração. Elaborar o Plano Plurianual é decidir quais são os investimentos mais importantes dentro de um projeto de desenvolvimento. Na discussão do PPA, buscamos respostas para as questões fundamentais de investimentos na sociedade. Disponível em: <<http://www.planobrasil.gov.br/noticia.asp?cod=91>> Acesso em: 25 jun 2010.



por creches, por saúde e outras necessidades que garantam a manutenção e permanência da família e não necessariamente seu empoderamento e autonomia” (BANDEIRA, 2005, p. 8). Isso é patente quando os “kits” são particularizados nas residências das marisqueiras, reforçando a idéia de que elas precisam está mais próximas dos filhos e são responsáveis pelo espaço doméstico e privado (ORTNER, 1979; CHODOROW, 1979).

Uma ação que poderia contribuir para a mudança dessa concepção seria a instalação dos equipamentos nas Unidades de Beneficiamento Simplificada (UBS) das Colônias de pescadores, que iam ser construídas pelo Plano, para que fossem socializados entre um maior número de mulheres, pois particularizar o uso implica em privatizar um bem que é público. Nas UBSs as mulheres agregadas seriam fortalecidas, e fortalecimento implica empoderamento.

O Plano se constituiria em um programa de gênero se envolvesse dimensões da subjetividade feminina que passa pela construção da condição de sujeito (BANDEIRA, 2005), o que efetivamente empodera. A formalização das associações e cooperativas seria de grande contribuição para também se pensar na equidade de gênero. Nas três comunidades trabalhadas, algumas mulheres passaram a se organizar com esse objetivo. Mas as poucas visitas da equipe técnica em decorrência da paralisação repentina do plano por questões políticas (a gestão da Bahia Pesca S.A mudou de partido político) inviabilizaram a formação das entidades.

Acredito que qualquer ação pública para as mulheres precisa ser pensada e compreendida a partir de gênero e das relações de gênero como temas transversais, por não romantizar nem essencializar as relações sociais - classe, raça, gênero etc. E sim apontar a necessidade de transformação das estruturas sociais, que atualmente pesa mais negativamente para mulheres, negras e de classe popular, isso é evidente quando os movimentos feministas e estudos feministas, apontam ser as mulheres desse grupo as maiores vítimas das injustiças sociais, implicando na feminilização da AIDS, feminilização da pobreza, mulher ampliando ser chefe de família, violência contra a mulher etc.

O Estado democrático e participativo, que busca promover a justiça social, precisa pensar ações sociais dialógicas que articulem de fato a transversalidade das relações de gênero, equidade e empoderamento das mulheres. Somente nesse contexto, as intervenções poderão significar em ações transformadoras, mudando definitivamente um quadro que tem na hierarquia e na subordinação de gênero o seu principal pilar.

### *Referências*



BANDEIRAS, Lourdes. Brasil - Fortalecimento da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres avançar na transversalidade da perspectiva de Gênero nas Políticas Públicas. Brasília, jan 2005. Disponível em: <[http://200.130.7.5/spmu/docs/integra\\_publ\\_lourdes\\_bandeira.pdf](http://200.130.7.5/spmu/docs/integra_publ_lourdes_bandeira.pdf)>. Acesso em 25 jun 2010.

BRUNET, Joana Maria Soler. Aratus, caranguejos, síris e guaiamuns, animais do manguezal: uma etnografia dos saberes, técnicas e práticas dos jovens da comunidade pesqueira de Baiacu (Ilha de Itaparica – Ba. 2006. 163f. Dissertação (Mestrado em Ensino, História e Filosofia das Ciências) Instituto de Física-Instituto de Biologia-Faculdade de Filosofia/UFBA, Dep.de Ciências Humanas e Filosofia; Ciências Exatas; Física/UEFS. Disponível em: <<http://www.ppgefhc.ufba.br/dissertacoes/joana2003.pdf>>. Acesso em: 04 maio/2010.

CHODOROW, Nancy. Estrutura Familiar e Personalidade Feminina. In A Mulher a Cultura e a Sociedade: Michelle Zimbalist Rosaldo e Louise Lamphere. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. P. 65 – 94.

DECLARAÇÃO E PLATAFORMA DE AÇÃO DA IV CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE A MULHER. **Relatório**, Pequim, 1995. Disponível em: <[http://www.feminismo.org.br/portal/index.php?option=com\\_remository&Itemid=&func=fileinfo&id=87](http://www.feminismo.org.br/portal/index.php?option=com_remository&Itemid=&func=fileinfo&id=87)>. Acesso em: 11 set 2009.

FLAX, Jane. Pós-Modernismo e Relações de Gênero na Teoria Feminista. In: Buarque de Hollanda, Heloisa (org.) Pós-Modernismo e Política. Rio de Janeiro, Rocco, 1992.

OLIVEIRA, Neusa Maria; Rainha das águas e dona do mangue: um estudo do trabalho feminino no ambiente marinho. Rev Brasil Estudos Pop, Campinas, 10 (1/2) 1993.

ORTNER, Sherry B. Está a Mulher para o Homem Assim Como a Natureza para a Cultura? In A Mulher a Cultura e a Sociedade: Michelle Zimbalist Rosaldo e Louise Lamphere. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. p. 95-120.

PLANO DE FORTALECIMENTO DA PESCA ARTESANAL DA BAÍA DE TODOS OS SANTOS E BAÍA DE IGUAPE. **Relatório**, Salvador, 2008, 114p. Trabalho não publicado.

ROSALDO, Michelle Zimbalist. O uso e o abuso da antropologia: reflexões sobre o feminismo e o entendimento intercultural. Horizonte Antropológico, ano I, n. 01. Porto Alegre: UFRGS, 1995, PP 11-36.

SANTOS, Mario Alberto dos. A experiência vivida na reserva extrativista marinha Baía de Iguape/Ba: diálogo de saberes, planejamentos, educação e autonomia. Rev. on line: Caminhos de Geografia. Uberlândia/MG, v. 9, n. 27 set/2008. Disponível em: <<http://www.ig.ufu.br/revista/caminhos.html>>. Acesso em: 12 maio 2010.

SCOTT, Joan. Gênero: Uma Categoria Útil de Análise Histórica. Rev. Educação e Realidade, Porto Alegre 16(2): 5 – 22. jul/dez. 1990.

SILVA, Luciene Assunção. Ouro Negro no Mar. Salvador, 1996. 46p. Trabalho não publicado.

TAVARES, Luís Henrique. *História da Bahia*. São Paulo: Editora UNESP; Salvador: EDUFBA, 2001



WOORTMANN, Ellen F. Da complementaridade à dependência: espaço, tempo e gênero em 'comunidades pesqueiras' do Nordeste". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 18, p. 41-60, 1992.